

**Carolina Cerqueira**

REPORTAGEM

carolina.cerqueira@redebahia.com.br

O Ministério Público da Bahia (MP-BA) informou que entrará com Ação Civil Pública contra o governo do estado. O motivo é a recusa em acatar a recomendação do MP para suspensão por 30 dias da concessão à iniciativa privada do Palácio Rio Branco, situado na Praça Tomé de Souza, no Centro de Salvador. A reunião de licitação está mantida e acontecerá hoje, às 9h, na sede da Secretaria de Turismo (Setur).

As promotoras Cristina Seixas e Rita Tourinho alegam preocupação com a preservação do patrimônio público. “O MP tem agora o dever de adotar providências judiciais para, ao mínimo, garantir a transparência para a elucidação de dúvidas que ainda restam em relação à concessão. Uma vez não acatado, agente só tem um caminho: a judicialização”, declarou Cristina Seixas.

O edital de licitação foi publicado no Diário Oficial do dia 18 de dezembro de 2021, informando a concessão para a iniciativa privada para a transformação do palácio em hotel de luxo em janeiro deste ano. O Palácio Rio Branco é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), pois faz parte do conjunto arquitetônico do Centro Histórico. Dessa forma, a venda do imóvel não é permitida, mas a concessão, sim.

O palácio foi construído no século XVI, se tornando a primeira Casa de Governo do Brasil. O espaço pertence ao governo do estado, por meio da Setur. A Secretaria de Cultura da Bahia (Secult) administra o local, que abriga sua sede. Dentro também há um museu, que está fechado para visitação desde o início da pandemia.

De acordo com a promotora Cristina Seixas, o processo vem sendo analisado pelo MP desde 2019, quando a intenção de concessão veio a público, e o órgão foi surpreendido pela abertura da licitação. Ela alega que há uma série de problemáticas envolvidas que ainda não foram explicadas ao órgão. “Uma delas é a própria condição do bem, que tem uma importância nacional porque agrega um valor histórico e cultural inestimável. A preocupação é: como ficaria o acesso do público ao local, já que trata-se de um patrimônio histórico e a sociedade tem direito à visitação?”, questiona.

“Outro ponto é o perfil da concessão. É algo de 35 anos e o MP entende que o valor que foi estipulado precisa ser questionado. Foi feito um cálculo de divisão do valor total ao longo dos 35 anos, configurando um aluguel mensal de somente cerca de R\$ 12 mil. Aí o MP quer entender qual é a vantagem da concessão diante desses valores”, coloca. O valor referencial da licitação é de R\$ 26,5 milhões; sendo aproximadamente R\$ 25,5

milhões referentes à concessão do Palácio Rio Branco; e R\$ 988 mil para o terreno localizado na área anexa ao imóvel.

A outra questão é justamente esse terreno que fica atrás do palácio e que já foi desapropriado. “Nessa licitação, ele vem junto no edital para ser alienado pela concessionária que ganhasse a licitação. Assim, o objetivo é construir ali um anexo do palácio para abrigar mais quartos de hotel, dando sustentabilidade econômica para a instalação do hotel. Aí, observamos o risco para se o Estado quiser fazer a reversão dessa concessão e retomar o palácio. Como fica esse anexo? Porque é um bem privado no fundo e um bem público na frente, que na verdade é uma coisa só”, completa.

O terreno foi desapropriado para atender ao projeto de viabilidade técnica e econômica, desenvolvido pelo grupo português Vila Galé - o primeiro a se candidatar a dono do imóvel. A área desapropriada (de 1,4 mil m<sup>2</sup>) teve como objetivo atender a um dos itens principais do estudo que aponta que a área física atual do prédio comportaria apenas 37 apartamentos, o que tornaria o negócio inviável economicamente. Segundo fontes do setor, seriam necessárias 80 acomodações para tornar o negócio autossustentável.

O Palácio Rio Branco não será restrito aos hóspedes. O grupo que vai operar o hotel deverá assumir o compromisso de instalar no imóvel um museu para contar a história dos governadores. A concessão, inicialmente, é válida por 35 anos, mas, como é comum nesses casos de cessão onerosa do poder público para a iniciativa privada, este prazo pode ser renovado.

Procurado, o Grupo Vila Galé não quis se manifestar sobre o pedido do MP e a decisão da PGE de manter a concessão, mas confirmou que continuará como candidato e estará presente na reunião marcada para hoje.

**IAB É CONTRA CONCESSÃO**

De acordo com o presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil Seção Bahia (IAB-BA), Luiz Antônio de Souza, o instituto é contra a concessão do Palácio Rio Branco à iniciativa privada. “O IAB vem se preocupando há anos com os patrimônios arquitetônicos de Salvador e da Bahia. Não podemos esquecer do impasse que temos até hoje em relação ao leilão do Arquivo Público. A preocupação com o Palácio Rio Branco existe desde 2015, antes do anúncio da concessão, referente ao tombamento. É um local que carrega a história do Brasil e a história da administração pública brasileira”, pontua.

Souza afirma que o IAB “não tem força política nem econômica para impedir o Estado de fazer o que ele entende que deve ser feito, mas irá cumprir o seu papel de alertar que transformar o Palácio Rio Branco num hotel não é a melhor opção”.

FOTOS DE ARISSON MARINHO/ ARQUIVO CORREIO



Palácio Rio Branco data do século XVI e foi residência de Thomé de Sousa



Escadas imponentes levam a uma parte da história da Bahia e do Brasil



Imagem da área interna de uma das amplas salas do palácio

## PGE alega que hotel preservará patrimônio

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) alega que a finalidade econômica da concessão “é baseada em estudos e mostra a adequação ao potencial do imóvel, dada sua localização. Esse aspecto também fomentará a revitalização do Centro Histórico de Salvador, com incentivo ao turismo”. A PGE ainda destaca que o projeto foi previamente submetido à aprovação do Iphan, que deu parecer favorável.

De acordo com a PGE, todo o processo de licitação “obedece aos preceitos de legalidade, moralidade, transparência e publicidade, inclusive com a disponibilização das peças técnicas do projeto e da licitação no site da Setur. A documentação foi toda entregue desde o ano passado ao Ministério Público Estadual”.

Por último, a PGE sustenta que “o modelo de concessão vincula o uso do imóvel à prestação de serviços hoteleiros e afins, seguindo exemplos europeus bem-sucedidos, nos quais se obtém a recuperação e a conservação do prédio público a partir de recursos privados, assegurando a proteção do patrimônio histórico-cultural”. A Setur informou que corrobora o posicionamento da procuradoria.

## Palácio Rio Branco, um lugar cheio de história

O Palácio Rio Branco foi erigido para ser residência do primeiro governador-geral, Thomé de Sousa. O nome homenageia um dos maiores diplomatas brasileiros, o Barão do Rio Branco.

Começou a ser construído no século XVI, de taipa de pilão. Teve várias funções, como quartel e prisão. No fim do século XIX, ainda ostentava a velha fachada colonial, símbolo de decadência na nascente República, e foi reformado para ter um imponente estilo neoclássico. Depois foi restaurado em 1984.

No Memorial dos Governadores, é possível encontrar insígnias, espadas, chaves de cidades, diplomas, livros, fotos e objetos pessoais doados por familiares. No andar de cima, duas imponentes salas guardam muitas histórias: a dos Espelhos, onde aconteciam as festas do alto escalão, e a dos Despachos, onde o governador se reunia com secretários e assessores.

# MP tenta barrar obra do Palácio Rio Branco

**Patrimônio** Governo estadual não acatou recomendação para suspender concessão